



Câmara Municipal de Guatapar

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI N 27/2018 – De 29 de maio de 2018.

“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO E DA OUTRAS PROVIDENCAS CORRELATADAS”.

A Mesa da Câmara Municipal de Guatapar, no uso das atribuições legais, propõe o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1 - Fica instituído o sistema de controle interno nos termos do que dispõe o artigo 31 da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar n 101/00 e o comunicado n 32/2012 da SDG do Egrégio Tribunal de contas do Estado de São Paulo.

Art. 2 - O controle interno da Câmara Municipal de Guatapar/SP compreende o plano de organização de todos os métodos e medidas adotados pelo Legislativo para salvaguardar os ativos, desenvolver a eficiência nas operações, avaliar o cumprimento dos programas, objetivos, metas, orçamentos e das políticas administrativas, verificar a exatidão e a fidelidade das informações e assegurar o cumprimento da lei.

Art. 3 - Entende-se Sistema de Controle interno o conjunto de atividades de controle exercidas no âmbito do Poder Legislativo Municipal, que verifica a pertinência e a eficiência de todos os controles setoriais.

Art. 4 - O sistema de Controle Interno do Legislativo, com atuação previa, concomitantemente e posterior aos atos administrativos, visa  avaliação da ação governamental e da gestão fiscal dos administradores do Legislativo por intermédio da



Câmara Municipal de Guatapar

Estado de São Paulo

6

fiscalizao contábil, financeira, orçamentaria, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade, aplicao das subvenoes e renuncia de receitas e, em especial, têm as seguintes atribuoes:

I – Avaliar o cumprimento das metas fiscais e financeiras dos planos orçamentários, bem como a eficiência de seus resultados;

II – Comprovar a legalidade de gestão orçamentaria, financeira e patrimonial;

IV- Exercer o controle das operaoes de credito;

V – Apoiar o tribunal de contas no exercício de sua missão institucional;

VI- Em conjunto com autoridade do Legislativo financeira, assinar o relatório de gestão fiscal;

VII- Atestar a regularidade da tomada de contas dos ordenadores de despesa, recebedores, tesoureiros, pagadores ou assemelhado.

Art. 5 - As diversas unidades componentes da estrutura organizacional do poder, no que tange ao controle interno, tem as seguintes responsabilidades:

I – Exercer os controles estabelecidos nos diversos sistemas administrativos afetos à sua área, no que tange a atividades especificas ou auxiliares, objetivando a observância  legislao, salvaguardar o patrimnio e a busca da eficiência operacional;



Câmara Municipal de Guatapar

Estado de São Paulo

II- Exercer o controle em seu nível de competência sobre o cumprimento dos objetivos e metas definidas nos programas constantes do Plano Plurianual, na lei de Diretrizes Orçamentarias, no Orçamento Anual e no cronograma de execução mensal de desembolso;

III- Exercer o controle sobre uso e guarda de bens pertencentes ao Poder Legislativo, colocados à disposição de qualquer pessoa física ou entidade que os utilize no exercício de suas funções;

IV- Avaliar, sob o aspecto da legalidade, a execução dos contratos, convênios e instrumentos congneres, afetos ao respectivo sistema administrativo, inclusive nos termos a que aduz o parágrafo único do artigo 38 da Lei Federal n 8.666/93;

V- Comunicar à unidade de controle interno qualquer irregularidade ou ilegalidade de que tenha conhecimento, sob pena de responsabilidade solidaria.

Art. 6 - A função de controle interno devera ser obrigatoriamente preenchida por servidor que possua as qualificações para o exercício pelo qual responderá como titular da correspondente unidade de controle interno.

Parágrafo nico - O nomeado deverá ser servidor concursado, de reputação ilibada, de bom relacionamento com os demais servidores, portador de boa capacidade de aprendizado, preferente com nível superior, que demonstre conhecimento sobre a matéria orçamentaria, financeira, contábil e respectiva legislação vigente, além de conhecer os conceitos relacionados ao controle interno.

Art. 7 - é vedada a indicação e nomeação para o exercício de função ou cargo relacionado com sistema de controle interno de pessoas que tenham sido, nos últimos 05 (cinco) anos:



Câmara Municipal de Guatapar

Estado de São Paulo

I – Responsabilizadas por atos julgados irregulares, de forma definitiva pelos tribunais de contas;

II- Punidas por decisão da qual não cabia recurso na esfera administrativa, em processo disciplinar, por ato lesivo ao patrimnio público, em qualquer esfera de governo;

III- Condenadas em processo por pratica de crime contra a Administrao Pública capitulado nos Título II e XI da parte especial do Código Penal Brasileiro, na Lei n. 7.492 de 16 de junho de 1986, ou por ato de improbidade administrativa previsto na Lei n 8.429, de 02 de junho de 1992.

Art. 8 - Além dos impedimentos capitulados no artigo anterior é vedado aos servidores com função nas atividades de Controle Interno exercer atividade político-partidária, assim como patrocinar causa contra Administrao Pública Municipal ou o Legislativo Municipal.

Art. 9 - Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado aos serviços de Controle Interno no exercício das atribuições inerentes às atividades de auditoria, fiscalização e avaliação de gestão.

Paragrafo nico – O servidor público que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo  atuação do sistema de controle interno no desempenho de suas funções institucionais ficará sujeito às responsabilizações administrativas, civil e penal.

Art. 10 - O servidor que exercer funções relacionadas com o Sistema de Controle Interno deverá guardar sigilo sobre dados e informações obtidas em decorrência do exercício de suas atribuições



Câmara Municipal de Guatapar

Estado de São Paulo

e pertinentes aos assuntos sob sua fiscalizao, utilizando-os para elaborao de relatórios e pareceres destinados ao Titular da Unidade de Controle Interno, ao titular da unidade administrativa e ao Tribunal de Contas do Estado, se for o caso.

Art. 11 - Nos termos da legislao, poderão ser contratados especialistas para atender às exigências de trabalho técnico necessárias ao processo de implantao e implementao dos Sistema de Controle Interno.

Art. 12 - As despesas da Unidade de Controle Interno correrão à conta de dotaoes próprias fixadas anualmente no Orçamento Fiscal do Município.

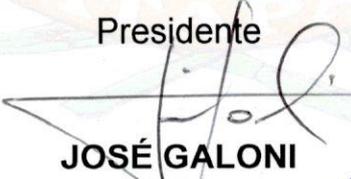
Art. 13 - Esta lei entrara em vigor na data da sua publicao revogando as disposioes em contrário.

SALA DAS SESSOES CARLOS ROBERTO DA SILVA, AOS VINTE E NOVE DIAS DO MÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZOITO.

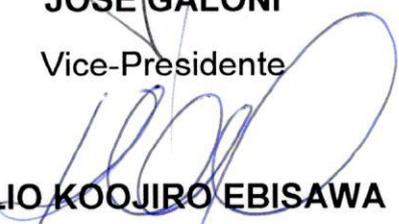

Paulo Henrique Siena
Vereador PT
Voto Favorável

FRANCISCO FREDIANO FILHO

Presidente


JOSÉ GALONI

Vice-Presidente


JÚLIO KOOJIRO EBISAWA

Primeiro Secretário



Câmara Municipal de Guatapar
Estado de São Paulo

10

PAULO CEZAR MIANI
Segundo Secretário

Aprovado em discussão

Em 11/06/2018

[Signature]
Presidente



[Signature]